

À

**PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA**

Gerência de Administração e Suporte Corporativo

Av. Rio Branco nº 1, 4º andar – Centro

CEP: 20.090-003 – Rio de Janeiro – RJ

Referência: CREDENCIAMENTO Nº IL.PPSA.104/2018

Assunto: Recurso Administrativo

**SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL – ADVOGADOS (“SVMFA”)**, sociedade de advogados, registrada na OAB/RJ sob o nº 008.779/2007, e no CNPJ/MF sob o nº 08.761.180/0001-36, com sede à Rua da Assembleia, nº 66, 17º andar, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro, neste ato representada por seus representantes abaixo assinados, vem respeitosamente à V. Sa. interpor o presente

**RECURSO**

em desfavor do resultado do processo de Credenciamento nº IL.PPSA.104/2018, que tem por objeto o credenciamento de Escritórios de Advocacia para contratação, sob demanda, de prestação de serviços jurídicos de suporte à Consultoria Jurídica da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-sal Petróleo S.A. (“PPSA”), sem exclusividade e sem vínculo empregatício, pelos fatos que passa a expor:

**I – TEMPESTIVIDADE**

1. Os resultados de avaliação dos documentos de qualificação foram publicados no Diário Oficial da União no dia 3 de dezembro de 2018. De acordo com o item 13.1 do Edital, o prazo para apresentação de recurso é de 5 dias úteis. Dessa forma, é manifestamente tempestiva a apresentação do presente Recurso, na presente data.

**II – DOS FATOS**

2. Em 11 de setembro de 2018, a PPSA publicou o Aviso nº IL.PPSA.104/2018 para credenciamento de escritórios de advocacia para contratação, sob demanda, de prestação de serviços jurídicos de suporte à consultoria jurídica da PPSA de seu escritório central, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

3. Em atendimento ao aviso de chamada, o SVMFA diligentemente submeteu os documentos para habilitação e qualificação no prazo definido no Edital, apresentando dados dos sócios e associados do escritório, bem como da sociedade J. Barbosa Advogados Associados e do advogado João Alberto de Sá Barbosa.

4. Em 1º de novembro de 2018, em vista das prerrogativas previstas no item 17.7 do Edital, a PPSA requereu esclarecimentos adicionais com relação ao vínculo do advogado João Alberto de Sá Barbosa com SVMFA.
5. Na mesma data, o SVMFA esclareceu que João Alberto Barbosa atua no departamento contencioso de nosso escritório e seu vínculo contratual com SVMFA existe desde 2013, conforme se verifica pelo contrato de associação com J. Barbosa Advogados Associados.
6. Alternativamente, e objetivando o saneamento de quaisquer dúvidas, solicitamos de boa-fé que fosse levada em consideração a experiência em Direito Processual dos sócios Rogério Sobral de Miranda, e Guilherme Guerra d'Arriaga Schmidt, cuja atuação judiciária foi materialmente comprovada pelas fichas de acompanhamento processual.
7. Após a apresentação dos esclarecimentos requeridos pela PPSA, em 7 de novembro de 2018, o SVMFA foi devidamente habilitado no certame, o que demonstra que os esclarecimentos prestados foram reconhecidos pela PPSA.
8. No entanto, no dia 3 de dezembro de 2018, o SVMFA tomou ciência de que, na fase de qualificação, o seu credenciamento havia sido indeferido em razão da ausência da certidão de comprovação do exercício de atuação contenciosa dos sócios Guilherme Guerra d'Arriaga Schmidt e Rogério Sobral de Miranda.
9. Contudo, não foi possível anexar as certidões, tendo em vista o prazo exíguo concedido pela PPSA **de apenas um dia útil**, o que não inviabiliza o fato dos advogados possuírem a devida experiência, conforme foi materialmente demonstrado pelas fichas de acompanhamento.
10. Apenas para reforçar, juntamos ao presente Recurso as certidões requeridas, as quais apenas comprovam as mesmas informações fornecidas por meio das fichas de acompanhamento processual.
11. Embora em nosso entendimento as páginas de acompanhamento processual apresentadas tenham demonstrado a atuação dos mencionados sócios, com a juntada das certidões nesta oportunidade, o não credenciamento do SVMFA merece ser revisto conforme veremos a seguir.

### III – DA LEGISLAÇÃO

12. O credenciamento de escritório de advocacia pela PPSA, na qualidade de empresa pública, regula-se pela Nova Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) bem como pelo Decreto



regulamentador (Decreto nº 8.945/2016), e ainda pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA. Neste sentido, nos termos do artigo 101 deste Regulamento Interno é inexigível a realização de licitação para contratação de serviços jurídicos, o qual será precedido de credenciamento<sup>1</sup>.

13. Em simples processos de credenciamento é suficiente a comprovação do atendimento dos requisitos de habilitação e qualificação previstos no instrumento convocatório para formalização de espécie de cadastro em que se inserem todos aqueles classificados em prestar determinado serviço.

14. Nesse sentido, o Edital previa, dentre outras exigências, a comprovação de atuação (i) na Justiça Federal, em quaisquer de suas seções, em questões relacionadas com a administração pública federal, e (ii) em todas as instâncias judiciais, inclusive no Supremo Tribunal Federal.

15. Destaque-se que todos os requisitos materiais foram materialmente cumpridos pelo SVMFA inclusive com o atendimento das diligências feitas pela PPSA, a exemplo de outro processo de credenciamento já feito com êxito junto a esta empresa pública (i.e. Credenciamento nº. CR.PPSA.001/2014).

16. Desta forma, o não credenciamento do SVMFA, não pode prosperar sob pena de violação dos princípios que regem a Administração Pública Federal, dentre eles, o princípio da razoabilidade já que a ausência das certidões em nenhum momento deixou de demonstrar a *expertise* e a competência dos sócios do SVMFA em diversas áreas do Direito inclusive o Contencioso Judicial, vide as fichas de acompanhamento processual.

#### IV – DO MÉRITO

17. A PPSA, como empresa pública, compõe a Administração Pública Indireta e está vinculada aos seus princípios norteadores. Nesse sentido, o ordenamento jurídico

---

<sup>1</sup> Artigo 101 – A contratação sem realização de prévia Licitação será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

c) assessorias ou consultorias técnicas, inclusive jurídicas, e auditorias financeiras ou tributárias;

(...)

§3º - Para as atividades de assessoramento jurídico a CJ manterá credenciamento prévio de escritórios de advocacia, o qual observará:

I – chamamento público periódico, convidando ao credenciamento potenciais interessados;

II – dados cadastrais completos.

brasileiro, no que tange à atuação da administração pública, é pautado na premissa de que os atos administrativos devem sempre ser destinados a um fim público.

18. O interesse público que motiva o mencionado credenciamento é a seleção de forma plural de escritórios de advocacia que cumpram os requisitos de habilitação e qualificação presentes no Edital e que, portanto estariam aptos a fornecer serviços jurídicos à PPSA, nos termos do item 8 do Edital.

19. O SVMFA diligentemente e de boa-fé procurou evidenciar de forma satisfatória a experiência de seus sócios e advogados. Quando questionado pela PPSA, o SVMFA prontamente apresentou os esclarecimentos cabíveis juntamente com as fichas de acompanhamento processual que atestam a atuação judicial dos sócios e Guilherme Guerra d'Arriaga Schmidt e Rogério Sobral de Miranda. Por si só, tais documentos são inequívocos para evidenciar a atuação dos sócios.

20. Destaque-se que a exigência de apresentação de certidão emitida pelos tribunais só seria possível se fosse conferido prazo adequado para a satisfação desta exigência, o que não ocorreu haja vista que o prazo concedido foi de **apenas um dia útil**.

21. Sempre com o devido acatamento, valemo-nos da doutrina administrativista mais abalizada para esclarecer que os membros da Administração Indireta possuem o dever de verificar a finalidade do interesse público de forma a adequar os seus atos em benefício do próprio Poder Público, conforme abaixo<sup>2</sup>:

*“Obriga-se a administração a respeitar as regras estipuladas para disciplinar o certame. O perfil do direito público pós-moderno não confere grau absoluto ao princípio da vinculação ao edital. É que as exigências de índole meramente instrumental ou formal, que não prejudiquem a substância da competição, podem ser interpretadas a favor da finalidade de interesse público a ser alcançada. O que não se admite é a aceitação de vício que comprometa o resultado de interesse público ou que prejudique a segurança jurídica da licitação, da sua competitividade e da isonomia.”*

22. Na verdade, a decisão que levou ao não credenciamento do SVMFA deveu-se a uma exigência incabível já que comprovada está a competência e *expertise* de seus sócios. Ademais, vejam que a ausência das certidões, nem de longe afasta a inequívoca condição que o SVMFA tem de atender a todos as demandas da PPSA.

---

<sup>2</sup> PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. Comentários ao RDC integrado ao sistema brasileiro de licitações e contratações públicas. Rio de Janeiro: Renovar, 2015, pg. 73.



23. Ao contrário, essa exigência pode ser entendida como um formalismo exacerbado que além de não trazer nenhum benefício a essa empresa pública, fere também a competitividade na medida em que diminui a pluralidade de credenciados por motivo formal e desnecessário.

24. Neste sentido, a doutrina se manifesta no sentido de rechaçar a supremacia da forma sobre o conteúdo ao efetivar o princípio administrativo do formalismo moderado<sup>3</sup>:

*“Na verdade, o princípio do formalismo moderado consiste, em primeiro lugar, na previsão de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa; em segundo lugar, se traduz na exigência de interpretação flexível e razoável quantos a formas, para evitar que estas sejam vistas com um fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras dadas do processo.”*

25. De igual maneira são os precedentes do Tribunal de Contas da União, o qual celebra em suas decisões o mencionado princípio, conforme se extrai das citações abaixo:

*“A jurisprudência do TCU é uniforme no sentido de constituir-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida (Acórdãos nº 1.791/2006 - Plenário e nº 1.734/2009 - Plenário, entre outros)<sup>4</sup>”.*

\* \* \*

*“Tal entendimento resulta do fato de que as normas que regulam as licitações devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, sem que, contudo, comprometam a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (Acórdãos 1.162/2006, 536/2007 e 1.046/2008 do Plenário do TCU).*

*Ademais, no julgamento da licitação deve-se obediência não apenas às regras formais editalícias, mas sobretudo aos princípios motores que regem esse tipo de procedimento administrativo, entre os quais despontam a busca da proposta mais vantajosa, a moralidade, a probidade, a proporcionalidade, a razoabilidade e o formalismo moderado. No caso em exame, contudo, preferiu-se o apego demasiado à forma em detrimento da interpretação sistemática do edital, da Lei 8.666/93 e dos princípios norteadores das disputas públicas, adotando-se*

<sup>3</sup> MEDAUAR, Odete. A processualidade no direito administrativo. 2. ed. rev. atual. ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, p. 131.

<sup>4</sup> Acórdão TCU nº 1924/2011.

*medida em descompasso com o princípio da proporcionalidade, manifestando-se desarrazoada e contrária ao interesse público<sup>5</sup>.*

\* \* \*

*“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências<sup>6</sup>.”*

26. Conforme visto, tanto a doutrina quanto a jurisprudência administrativa reconhecem que os atos administrativos não devem e não podem ser puramente amparados em formalidades. Destarte, esses atos devem ser adequados proporcionalmente com o interesse público pretendido, o qual, no presente caso, se traduz pela multiplicidade de escritórios credenciados.

27. Assim, como não poderia deixar de ser, a doutrina administrativista também traz comentários acerca do princípio da proporcionalidade<sup>7</sup>:

*O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais.*

28. Dessa forma, entendemos que a comissão de licitação deverá levar em consideração as razões de fato e de direito aqui arroladas para provimento do presente recurso, e a consequente reforma da decisão, em benefício da pluralidade de escritórios credenciados, tendo também em vista que inexistente qualquer dano à competitividade e ao interesse público.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

29. Por todo o exposto, o SVMFA vem requerer, com o devido respeito e consideração, que sejam acatados os esclarecimentos prestados no presente Recurso com a consequente

<sup>5</sup> Acórdão TCU nº 3278/2011.

<sup>6</sup> Acórdão TCU nº 2302/2012.

<sup>7</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 62.

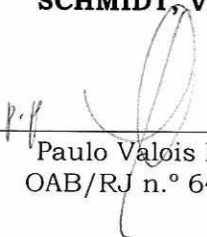
revisão do resultado de avaliação dos documentos da fase de qualificação do Credenciamento n.º IL.PPSA.104/2018, para que seja devidamente credenciado a prestar serviços a esse conceituado órgão.


Nestes termos,

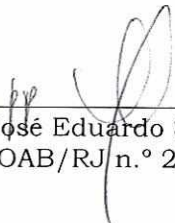
Pede-se deferimento.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2018

**SCHMIDT, VALOIS, MIRANDA, FERREIRA & AGEL - ADVOGADOS**

  
\_\_\_\_\_  
Paulo Valois Pires  
OAB/RJ n.º 64.641

  
\_\_\_\_\_  
Sonia Maria Agel da Silva  
OAB/RJ n.º 1046-B

  
\_\_\_\_\_  
José Eduardo Siqueira  
OAB/RJ n.º 210.818

**ANEXO I**





## *Superior Tribunal de Justiça*

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

### **CERTIFICA**

constar processo(s), figurando como advogado(a) "ROGERIO SOBRAL DE MIRANDA" inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional RJ, sob o nº 064109, 2 processo(s) listado(s) a seguir: REsp 1622477 / RJ (2013/0288416-0) autuado em 26/08/2013, AREsp 825175 / RJ (2015/0311134-1) autuado em 10/12/2015.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

**Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:**

Número da Certidão: **2293034**

Código de Segurança: **C2AF.22CA.48FD.CFA**

Data de geração: **28 de Setembro de 2018, às 17:02:27**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CERTIDAO Nº JFRJ-CET-2018/00719**

Certifico, em atendimento ao requerimento formulado por ARTHUR MELLO VASCONCELLOS, CPF 108.740.537-81 que, em pesquisa realizada na base de dados cadastrais do sistema de acompanhamento processual utilizado por esta Seccional, foram localizados 09 (NOVE) registros de processos em que ROGERIO SOBRAL DE MIRANDA, com inscrição na OAB/RJ 64.109, consta como **ADVOGADO**, conforme relatório processual em anexo. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. DADA E PASSADA, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, aos 09 dias do mês de NOVENBRO de 2018.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2018.

**MARIA INES RABACA DE MOURA**  
**TECNICO JUDICIARIO**  
**SEÇÃO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS**



Assinado digitalmente por MARIA INES RABACA DE MOURA.  
Documento Nº: 2334613-1920 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>

Classif. documental | 90.02.00.15



JFRJ/CET201800719A

Seção Judiciária do Rio de Janeiro - MARIA INES  
RABACA DE MOURA (JRJ11353)

Pesquisa
1 2 3

eproc -

**Consulta Processual**

Menu Textual  
Assinador Digital de Documentos  
Consulta Processual  
Ferramentas  
Localizadores  
Mensagens  
Movimentação Processual  
Página Inicial  
Paradas do Sistema  
Tabelas Básicas  
Tutorial  
Usuários

Tipo de Pesquisa:
OAB

Número da OAB:
RJ084109

Classe Processual:

Exibir Baixados.
☐

Consultar
Imprimir
Voltar

Consultar
Imprimir
Voltar

Consulta por número d  
UF + 6 dígitos (Ex:  
RS123456)  
Números com  
menos algarismos,  
preencher com  
zeros à esquerda  
(Ex: RS000123)

Nenhum processo (em movimento) encontrado.

[https://eproc.jfrj.jus.br/eproc/controlador.php?acao=pesquisa\\_processo\\_por\\_num\\_oab...](https://eproc.jfrj.jus.br/eproc/controlador.php?acao=pesquisa_processo_por_num_oab...) 09/11/2018



Autenticado digitalmente por MARIA INES RABACA DE MOURA.  
Documento Nº: 2334613.21935198-7388 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



JFRJET201800719





**Poder Judiciário**  
**Justiça Federal - 2a Região**  
**Seção Judiciária do RJ**

Página: 001  
Emitido em 05/11/2018 17:02

**Consulta de Processos**

0000173-20.2012.4.02.5106	AUTOR: CIA/ FABRICA DE TECIDOS SAO PEDRO DE ALCANTARA x REU: FAZENDA NACIONAL	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
0001071-67.2011.4.02.5106	AUTOR: CIA/ FABRICA DE TECIDOS SAO PEDRO DE ALCANTARA x REU: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA
0011010-11.2003.4.02.5152	AUTOR: JADER MILHOMENS NOGUEIRA x REU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
0015841-52.1989.4.02.5101	AUTOR: SHELL BRASIL S.A. (PETROLEO) x REU: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/ OUTROS
0018734-88.2004.4.02.5101	AUTOR: ANTONIO MIGUEL MARQUES x REU: DELEGADO DE ADMINISTRACAO TRIBUTARIA DA RECEITA FEDERAL NO RIO	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/ TRIBUTÁRIO
0035391-17.2018.4.02.5101	EMBARGANTE: BRAZORE REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSULTORIA LTDA x EMBARGADO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
0075487-27.2016.4.02.5107	AUTOR: JADER MILHOMENS NOGUEIRA x REU: FAZENDA NACIONAL	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
0115022-15.2015.4.02.5101	AUTOR: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL x REU: BRAZORE REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, EXPO	EXECUÇÃO FISCAL
0125132-73.2015.4.02.5101	AUTOR: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL x REU: BRAZORE REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, EXPO	EXECUÇÃO FISCAL
0131743-08.2016.4.02.5101	AUTOR: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL x REU: BRAZORE REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, EXPO	EXECUÇÃO FISCAL
0151116-59.2015.4.02.5101	AUTOR: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL x REU: BRAZORE REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, EXPO	EXECUÇÃO FISCAL
0194289-65.2017.4.02.5101	EMBARGANTE: BRAZORE REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSULTORIA LTDA x EMBARGADO: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
0203665-75.2017.4.02.5101	EMBARGANTE: BRAZORE REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSULTORIA LTDA x EMBARGADO: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

Total: 13



Autenticado digitalmente por MARIA INES RABACA DE MOURA.  
Documento Nº: 2334613.21935205-6709 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



JFRJET201800719



PODER JUDICIÁRIO  
**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

## **Certidão de Atuação de Advogado**

**A Secretária Judiciária,  
Bacharela Patrícia Pereira de Moura Martins,**

**certifica**, a requerimento de pessoa interessada (Protocolo STF n. 2018120313519617), que mediante pesquisa realizada no sistema informatizado deste Tribunal, considerando os processos autuados até 30/11/2018, - e os nomes que encabeçam o campo “postulante” (advogado, procurador-geral e defensor-público), e tendo como base o nome indicado pelo(a) requerente no formulário eletrônico e possíveis variações de grafia – esta Secretaria verificou **constar** neste Tribunal, os registros do(s) processo(s) a seguir especificado(s), em que figura, como advogado(a), **GUILHERME GUERRA D'ARRIAGA SCHMIDT**: Agravo de Instrumento n. 143.795, Recurso Extraordinário com Agravo n. 910.734 e Recursos Extraordinários n. 212.302 e n. 153.973.

NADA MAIS FOI PEDIDO. O referido é verdade e dou fé.

Secretaria do Supremo Tribunal Federal, em 3 de dezembro de 2018.

Patrícia Pereira de Moura Martins  
Secretária Judiciária  
*Documento assinado digitalmente*

Endereço: Praça dos Três Poderes – Brasília/DF – CEP 70175-900  
Telefone: (61) 3217-4465



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Subsecretaria da 5ª Turma Especializada

Rua do Acre, 80 – Centro – Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000 - Expediente externo das 12h às 17h.

CET.8500.000014-9/2018

**CERTIDÃO DE COMPROVAÇÃO DE PRÁTICA JURÍDICA**



O DR. ACÁCIO HENRIQUE DE AGUIAR, DIRETOR DA SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CERTIFICA a pedido do Dr. GUILHERME GUERRA D'ARRIAGA SCHMIDT, OAB/RJ nº 67075, que revendo as peças eletrônicas e os dados cadastrais da CLASSE: Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível, PROCESSO: 0001785-09.2017.4.02.0000 (2017.00.00.001785-4), que tem como AGRAVANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS e como AGRAVADA: NORTEOLEUM EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A., autuado neste Tribunal em 06/03/2017, consta no termo de autuação como um dos advogados da agravada o Dr. GUILHERME GUERRA D'ARRIAGA SCHMIDT, OAB/RJ nº 67075; e que os autos encontram-se atualmente conclusos ao Relator para decisão.

NADA MAIS LHE SENDO PEDIDO POR CERTIDÃO, aos referidos autos se reporta e dá fé. DADA E PASSADA nesta Cidade do Rio de Janeiro, aos 06/11/2018.

recolhimento de custas: 06 de novembro de 2018

**ACÁCIO HENRIQUE DE AGUIAR**

Diretor da Subsecretaria da 5ª Turma Especializada

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

TRF2

Fls 1

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ACACIO HENRIQUE DE AGUIAR.

Documento No: 2334297-1-0-1-1-765760 - consulta à autenticidade do documento através do site <http://portal.trf2.jus.br/autenticidade>